



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
6ª Superintendência Regional
CT Nº 6.0xx.00/2014

00827/2014-24

6ª AJ

CT Nº 6.0xx.00/2014

Contrato que entre si celebram a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e a empresa..., na forma abaixo.

A **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- CODEVASF**, empresa pública federal criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, com a atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601, Conjunto I, doravante denominada **CODEVASF**, neste ato, representada pelo Superintendente Regional da 6ª/SR, **Alaôr Grangeon de Siqueira**, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, residente na Av. Santos Dummont, s/n (prédio Nossa Casa), CEP. 48904-110, Juazeiro-BA, portador da Carteira de Identidade nº 488013 – SSP/DF e CPF nº 347.779.037-53, designado pela Decisão nº 1934 de 11 de dezembro de 2013 e devidamente autorizado conforme delegação de competência contida na Decisão nº 1.669, de 17 de dezembro de 2013, e a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob nº, estabelecida na, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu sócio-administrador,, brasileiro, residente na, CEP:, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, Decreto nº 2.271/1997, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008 e demais cominações legais, de acordo com a autorização do Comitê de Gestão Executiva da CODEVASF, por meio da Resolução Regional nº, de xx de xxx de 2014, constante da fl. nº xx do Processo nº 59560.000827/2014-24, sob as seguintes cláusulas e condições:

1. Cláusula Primeira – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução de serviços de apoio técnico na implantação de kits de produção para estruturação da cadeia produtiva da apicultura, nos municípios de Remanso, Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado, todos no Estado da Bahia, área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado da Bahia.

1.1. Correrão por conta da CONTRATADA todos os ônus com o pessoal utilizado na execução dos serviços, inclusive alimentação, comunicação, encargos, transporte e outros que incidam sobre os custos do objeto contratado.

1.2. A descrição pormenorizada dos serviços e fornecimentos constam dos Termos de Referência, Especificações Técnicas, Planilhas de Orçamento de Serviços e Fornecimentos – Anexos do Edital e parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

1.3. O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, foram licitados na modalidade de “Tomada de Preços”, do tipo “menor preço”, segundo disposições do art. 6º, inciso VIII, alínea “a” e “b” c/c o art. 45, parágrafo 1º, inciso I, sob regime de empreitada por preço unitário.

2. Cláusula Segunda - DOS DOCUMENTOS

Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 0xx/2014;
- b) Termos de Referência e seus Anexos, todos partes integrantes deste contrato como se transcritos fossem;
- c) Proposta da CONTRATADA, e sua documentação, datadas de xx/xx/2014;
- d) Demais documentos contidos no Processo nº 59560.000827/2014-24, que fazem parte integrante deste contrato independentemente de transcrição.

2.1. Em caso de divergência entre os documentos mencionados nas acima e os termos deste contrato, prevalecerão os dispositivos deste último.

3. Cláusula Terceira – DO PRAZO

O prazo de execução dos serviços objeto desta contratação é de **06 (seis) meses**, contado a partir da emissão de





Ordem de Serviço - OS, com término previsto para xx de xx de 2014, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, após avaliação da qualidade dos serviços prestados no mercado, limitada ao total de 60 (sessenta) meses, observados os termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

3.1. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela CODEVASF se manifestado expressamente, por escrito, até 60 (sessenta) dias antes do vencimento do Contrato.

3.2. O documento de que trata o item anterior deverá estar protocolizado na CODEVASF até a data limite estabelecida para o pedido.

3.3. Eventual prorrogação do prazo de execução do presente contrato somente será autorizada mediante apresentação, pela CONTRATADA, de documentação comprobatória de regularidade fiscal, tributária, previdenciária e trabalhista.

3.4. Toda a prorrogação de prazo será precedida da realização de pesquisa de preços de mercado ou de preços contratados por órgãos e/ou entidades da Administração Pública, visando assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a CODEVASF.

3.5. A cada prorrogação a CONTRATADA deverá apresentar prova de quitação de débitos com tributos (Fazendas Federal, Estadual e Municipal), Previdência Social e FGTS, cumprimento das obrigações trabalhistas e encargos sociais relativos aos empregados que prestam serviços no âmbito do contrato e renovação da Caução de Execução.

3.6. Quando de eventual prorrogação do prazo, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados, como condição para a renovação.

4. Cláusula Quarta – DO VALOR

O valor total deste contrato é de **R\$...** (... mil, reais e centavos), obedecidos os preços unitários constantes da Proposta Financeira da CONTRATADA.

4.1. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8666/1993.

4.2. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela CODEVASF não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.

4.3. A infringência do disposto na sub-cláusula anterior impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações ou assinar contratos com a CODEVASF, pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.

5. Cláusula Quinta – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato serão cobertas pelo Programa de Trabalho 15.244.2029.20N7.0001 – PTRES 066901, Natureza de Despesa: 44.90.39, sob gestão da 6ª/SR, com cobertura **parcial** através da Nota de Empenho nº 2014NE00xx, de xxx.

6. Cláusula Sexta - DOS SERVIÇOS EXTRA-CONTRATUAIS

Respeitados os limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993, os serviços eventualmente necessários e não previstos na Planilha de Preços deverão ter execução previamente autorizada por Termo de Alteração Contratual.

6.1. Devem ser registradas por meio de termo aditivo eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, especialmente, as referentes aos serviços extras motivados pela CODEVASF. Os serviços extras contratuais não contemplados na planilha de preços da CONTRATADA deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela CODEVASF ou por preposto por ela designado.

7. Cláusula Sétima – DA REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

Será permitida a repactuação do preço do contrato, visando à adequação aos novos preços de mercado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, admitindo como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente.



vigente à época da apresentação da proposta.

7.1 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.

7.2 Caso o contrato contemple mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação pretendida.

7.3 Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, cabe a CONTRATADA a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

7.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

7.5 A CONTRATADA poderá exercer, perante a CODEVASF, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente.

7.6 Caso a CONTRATADA não efetue de forma tempestiva a repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar.

7.7 As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.

7.8 Com base em ocorrências registradas durante a execução do contrato, poderão ser negociados os seguintes itens gerenciáveis: auxílio doença, licença paternidade, faltas legais, acidente de trabalho, aviso prévio indenizado e indenização adicional.

7.9 Caso esses custos refiram-se a salários, será utilizado como parâmetro para a repactuação o índice de variação dos salários apurado a partir de convenção coletiva de trabalho ou outra norma coletiva aplicável. Cabe a CONTRATADA comprovar, caso pleiteie repactuação do contrato, a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

7.10 A repactuação que ocorrer a partir do segundo ano de vigência do contrato terá o percentual do item "aviso prévio trabalhado" zerado, visto que esse custo é pago integralmente no primeiro ano de contrato.

7.11 É vedada a repactuação dos preços mediante indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos, consoante o disposto no art. 4º do Decreto nº 2.271/1997.

7.12 Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- a) os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- b) as particularidades do contrato em vigência;
- c) o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- d) a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- e) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- f) a disponibilidade orçamentária da CODEVASF.
- g) no caso de repactuação, será lavrado termo aditivo ao contrato vigente.
- h) a CODEVASF poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.
- i) os novos valores contratuais decorrentes da repactuação produzirão efeitos:



Ministério da Integração Nacional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

6ª Superintendência Regional

CT N° 6.0xx.00/2014

Proc.:

00827/2014-24

6ª AJ

1. partir da assinatura do termo aditivo;
2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
3. em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa, podendo a data estipulada no instrumento para o início dos efeitos financeiros do reajuste salarial ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

7.13 No caso do previsto no subitem 7.12. "i-3" e 7.15, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14 A CODEVASF deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação vantajosa.

7.15 A CODEVASF poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida.

7.16 Na hipótese do item anterior, o período que a proposta permaneceu sob análise da CODEVASF será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

7.17 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos; e será lavrado termo aditivo ao contrato vigente.

7.18 A Contratada deverá apresentar cópia do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente que rege a categoria profissional vinculada à execução dos serviços.

7.19 O prazo referido no item precedente ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CODEVASF, para a comprovação da variação dos custos.

7.20 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7.21 As demais despesas constantes no quadro resumo de preços de serviços e fornecimentos, das especificações técnicas, que fazem parte integrante do edital, serão reajustadas após o período de 01 (um) ano, aplicando-se o índice extraído da tabela publicada pela revista Conjuntura Econômica, Fundação Getúlio Vargas, conforme descrito abaixo:

$$R = V \frac{(I_1 - I_0)}{I_0}$$

Sendo:

R = valor do reajustamento

V = valor a ser reajustado

I1 = Índice referente ao mês de aniversário da proposta

I0 = Índice referente ao mês de apresentação da proposta

7.22 Os índices serão encontrados na Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas de Custo Nacional da Construção Civil correspondente ao Código AO200045.

8. Cláusula Oitava – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos dos serviços serão realizados mensalmente, de acordo com apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela Fiscalização da CODEVASF, observando-se o disposto nas subcláusulas seguintes.



8.1. Junto ao primeiro faturamento da prestação de serviços a contratada deverá apresentar o comprovante de cadastramento do contrato no Cadastro Específico do INSS – CEI, na forma do art. 19, II, c/c art. 47, X, da IN/SRF nº 971/2009.

8.2 Os pagamentos dos serviços somente serão efetuados após a conferência e atesto da fatura, o qual está condicionado à comprovação e documentos a seguir relacionados:

- a) Planilha mensal de faturamento, contendo os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados, férias, licenças, faltas, coberturas, salário, vale transporte e alimentação, ocorrências, glosas, etc;
- b) Comprovação dos recolhimentos do FGTS por meio dos seguintes documentos: cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet, específica do Contrato; cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP); cópia da Relação dos Trabalhadores constantes do Arquivo SEFIP (RE) e relação dos tomadores;
- c) Comprovação dos recolhimentos das contribuições de INSS por meio de: cópia autenticada da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet, específica do Contrato; cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP); cópia do Comprovante de Declaração à Previdência; cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE) e relação dos tomadores;
- c1) Os recolhimentos das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), serão os correspondentes ao mês da última Nota Fiscal ou Fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995;
- d) Comprovante de regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho, por meio da apresentação do recibo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, se houver movimentação de pessoal;
- e) Comprovante de entrega de cópia da RAIS a todos os empregados;
- f) Folha de Pagamento, específica do Contrato, relativa ao mês da prestação dos serviços, em ordem alfabética;
- g) Relatório Mensal de Frequência;
- h) Comprovante de pagamento de salários dos funcionários relativo ao mês anterior ao da prestação dos serviços objeto da Nota Fiscal, obrigatoriamente mediante depósito bancário na conta de cada trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CODEVASF;
- i) Cópia do(s) Aviso(s) de Férias;
- j) Comprovante de pagamento de férias aos empregados, relativo ao mês da prestação dos serviços da Nota Fiscal;
- k) Comprovante de pagamento do 13º salário;
- l) Comprovante de ter fornecido Vale Refeição a todos os funcionários;
- m) Comprovante de ter fornecido Vale Transporte a todos os funcionários;
- n) Relação do material fornecido.



- o) Comprovante de quitação de outras obrigações definidas em lei específica ou em Acordo ou Convenção Coletiva.
- p) Comprovante de quitação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – **ISS recolhido no município da execução dos serviços**, no Estado da Bahia, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

8.3 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:

- a) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do INSS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei 8.212/91, bem como a IN 971/09 – SRF;
- b) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do ISS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei Complementar 116/2003;
- c) O valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF n.º 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

8.4 A fatura deverá vir acompanhada da documentação relativa à aprovação por parte da Fiscalização do serviço faturado, indicando a data da aprovação do evento, que será considerada como data final de adimplemento da obrigação, conforme estabelece o Art. 9º do Decreto 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.

8.5 A CODEVASF considera como data final do período de adimplemento, a data útil seguinte à de entrega do documento de cobrança no local de pagamento das obras/serviços, a partir da qual será observado o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento, conforme estabelecido no art. 9º do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994.

8.6 As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas à licitante vencedora para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.

8.7 Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e que cubram a execução das obras/serviços e fornecimentos.

8.8 No corpo da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA deverá ser obrigatoriamente destacado o valor da retenção Previdenciária com o seguinte título: **“RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL”**, obedecendo aos limites mínimos determinados pela Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005, art. 150.

8.9 Não cumprida a exigência acima, a CODEVASF efetuará a retenção e recolhimento do percentual de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto da nota fiscal/fatura de prestação de serviços, consoante o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, c/c o art. 151, § único, da Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005.

8.10 É de inteira responsabilidade da licitante vencedora a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.

8.11 Não constituem motivos de pagamento pela CODEVASF serviços em excesso, desnecessários à execução dos serviços/fornecimentos, e que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização. Não terá faturamento serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida neste Edital.

8.12 Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida nos **Termos de Referência**, Anexo II deste Edital, remunera inteiramente a CONTRATADA pela execução dos serviços, incluindo, se aplicável:

- a) Custo de mão-de-obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, veículos, material de consumo, etc.;
- b) Custos devidos a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias,



- securitárias, rescisão de contrato de pessoal, etc., conforme a legislação brasileira;
- c) Remuneração de escritório e despesas fiscais;
 - d) Moradia, alimentação e transporte.

8.13 A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

8.14 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

8.15 Ficam excluídos da hipótese referida na sub-cláusula anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.

8.16 A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CODEVASF, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas propostas por empregados da contratada, em decorrência da execução contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações.

8.17 A contratada se obriga a, no caso de demissão de qualquer empregado vinculado ao contrato, comprovar a quitação do termo de rescisão contratual no prazo de 15 (quinze) dias do desligamento, sob pena de retenção de faturamento até a efetiva comprovação.

8.17.1 Para acompanhamento da exigência acima, a contratada se obriga a, até a data do efetivo início da execução contratual, apresentar a CODEVASF a relação dos trabalhadores contratados para execução dos serviços, mantendo essa informação atualizada durante toda a vigência do contrato.

8.18 Na hipótese da CODEVASF vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente nas ações reclamatórias trabalhistas mencionadas no subitem 8.16 e o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CODEVASF a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a CODEVASF utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a contratada, com a qual desde já a mesma expressa sua concordância com as duas hipóteses previstas neste subitem.

8.19 A CONTRATADA será responsável, também, pelas despesas de viagem, alimentação e estadia que a CODEVASF tiver que realizar para sua defesa para sua defesa em eventuais processos trabalhistas ajuizados por empregados da CONTRATADA, na forma acima, assim como pelos honorários advocatícios, estes à razão de 20% (vinte por cento) do valor da condenação.

8.20 É de inteira responsabilidade da contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.

8.21 Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 11.4, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$AM = P \times I$, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1 + im_1/100) \times d_1/30 \times (1 + im_2/100) \times d_2/30 \times \dots \times (1 + im_n/100) \times d_n/30 - 1$, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";

d = Número de dias em atraso no mês "m";

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

8.21.1 Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.

- 8.21.2 Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

9. Cláusula Nona – DA CAUÇÃO DE GARANTIA

Como garantia para completa execução das obrigações contratuais, da liquidação das multas convencionais, fica estabelecida uma "Caução de Execução", no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com vigência de 90 (noventa) dias além do prazo contratual, a ser integralizada em até 10 (dez) dias após a assinatura deste contrato, em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, Seguro Garantia ou Carta de Fiança Bancária, esta a critério da CONTRATADA.

- 9.1. A vigência estendida a que se refere o *caput* desta cláusula, que deverá ser mantida no caso de prorrogação do prazo de execução contratual, se destina a assegurar o cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações trabalhistas pertinentes ao encerramento do contrato, nelas compreendidos os pagamentos, das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados foram relocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 9.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - a) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - c) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.
- 9.2.1. A CONTRATADA, desde já, autoriza a CODEVASF a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista na alínea "k" do inciso XIX do art. 19 da Instrução Normativa, com redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013, caso haja inadimplemento no pagamento das verbas rescisórias trabalhistas dos empregados vinculados ao presente contrato.
- 9.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 9.2 e suas alíneas.
- 9.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;
- 9.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0.07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).
- 9.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.7. A não integralização da caução no prazo estabelecido no *caput* desta cláusula impedirá a assinatura do presente instrumento e ensejará a aplicação das penalidades previstas na legislação de regência.
- 9.8. Quando se tratar de caução em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do art. 56, inc. I, da Lei nº 8.666/1993. (Redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)
- 9.9. Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços.
- 9.10. A caução em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CODEVASF, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF.
- 9.11. Não haverá qualquer restituição da caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão deste contrato, hipótese em que a caução será revertida e apropriada pela CODEVASF.
- 9.12. A garantia será considerada extinta:



- 9.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CODEVASF, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- 9.12.2. Após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.
- 9.13. A CODEVASF não executará a garantia **SOMENTE** nas seguintes hipóteses:
- 9.13.1. Caso fortuito ou força maior;
- 9.13.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- 9.13.3. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
- 9.13.4. Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

10. Cláusula Dez – DAS MULTAS

10.1. Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, caberá a aplicação de penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em Lei.

10.2. Nos casos de inexecução parcial dos serviços ou atraso na execução dos mesmos, será cobrada multa de 2% (dois por cento) do valor da parte não executada do contrato ou fase em atraso, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

10.3. O atraso na execução dos serviços, inclusive dos prazos parciais constantes do cronograma físico, constitui inadimplência passível de aplicação de multa, conforme o subitem 10.1 acima.

10.3.1. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

- a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor no prazo de 05(cinco) dias a contar da data da convocação, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei.
- b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher à CODEVASF o valor total da multa, no prazo de 05(cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

10.3.2. A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir da data de cientificação da aplicação da multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica, que procederá ao seu exame.

10.3.2.1. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da CODEVASF, que poderá rejeitar ou não a multa.

10.3.3. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

10.3.4. Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

11. Cláusula Onze – DA FISCALIZAÇÃO

A coordenação do contrato, bem como a Fiscalização da execução dos serviços será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados na forma do art. 67 da Lei 8.666/93, a quem compete verificar se a contratada está executando os trabalhos observando o contrato e os documentos que o integram.

11.1 A Fiscalização deverá verificar, no decorrer da execução do contrato, se a Licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

11.2 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que



estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso.

11.2.1 Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela licitante vencedora, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

11.3 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à 6ª Superintendência Regional, através da Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação – 6ª GRI, responsável pela execução do contrato.

11.4 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

11.5 Das decisões da Fiscalização, poderá a Contratada recorrer à 6ª Superintendência Regional, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos às multas serão feitos na forma prevista no item 10 deste Contrato.

11.6 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

12. Cláusula Doze – DOS OUTROS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste contrato, bem assim aquelas constantes dos Termos de Referência (parte integrante deste instrumento), a CONTRATADA, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento, obriga-se a:

- 12.1. Manter preposto aceito pela Administração da CODEVASF, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
 - 12.1.1. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, em até 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos de serviços e à execução do contrato, relativos à sua competência.
 - 12.1.2. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.
 - 12.1.3. A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
 - 12.1.4. Em função do quantitativo de empregados requerido para a execução dos serviços, por razões de economia e racionalização, um dos empregados poderá ser designado preposto, sem prejuízo de suas atividades.
- 12.2. Assumir integral responsabilidade pelo cumprimento da legislação fiscal e trabalhista, previdenciária/social vigente, efetuando por sua conta, os recolhimentos em suas devidas épocas.
- 12.3. Pagar todos os tributos devidos em decorrência deste contrato, sem direito a reembolso.
- 12.4. Providenciar as licenças necessárias à execução dos serviços ora contratados, ficando a seu cargo as respectivas despesas.
- 12.5. Fornecer toda mão-de-obra bem como todo o material necessário à execução dos serviços contratados.
- 12.6. Apresentar os seus empregados nos locais de trabalho devidamente uniformizados e munidos do respectivo cartão de identificação preso ao uniforme.
- 12.7. Submeter, previamente, à CODEVASF, a relação de seus empregados, acompanhada dos documentos que



indicam sua idoneidade e identidade.

- 12.7.1. No quadro funcional da CONTRATADA para prestação dos serviços objeto do presente contrato não poderão figurar familiares de dirigente da CODEVASF ou de qualquer agente detentor de cargo em comissão ou função de confiança na Empresa, em todos os níveis, nos termos do Decreto n° 7.203, de 04/06/2010.**
- 12.7.1.1. Essa vedação atinge o cônjuge ou companheiro(a) e os parentes em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau.**
- 12.8. Comprovar o pagamento do(s) termo(s) de rescisão contratual de qualquer dos seus empregados desligado(s) no decorrer do prazo contratual, sob pena de aplicação da pena de multa e retenção do pagamento de faturas de prestação de serviços até a plena quitação das suas obrigações.**
- 12.9. Exibir, sempre que solicitada, a relação nominal de seus empregados com a respectiva identificação, dando-se conhecimento prévio à Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação – 6ª/GRI, das alterações advindas de eventuais substituições, exclusões e inclusões.**
- 12.10. Responder por qualquer acidente de que possam ser vítimas seus empregados, bem como pelos acidentes causados a terceiros, quando executando serviços objeto do contrato.**
- 12.11. Substituir, sempre que exigido pela CODEVASF, qualquer de seus empregados em serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina da CODEVASF.**
- 12.12. Atender pontualmente aos encargos decorrentes da legislação Trabalhista, Previdenciária, Fiscal, Social e Comercial vigente, efetuando por sua conta, os recolhimentos em suas devidas épocas.**
- 12.13. Pagar todos os tributos devidos em decorrência do contrato a ser assinado, bem como apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato.**
- 12.14. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a CODEVASF e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por dano resultante do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou seus prepostos e, ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a CODEVASF isenta de qualquer penalidade e responsabilidade de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA ou de seus prepostos.**
- 12.15. Cumprir e fazer cumprir todas e cada uma das Normas Regulamentadoras sobre medicina e segurança do trabalho.**
- 12.16. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CODEVASF ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.**
- 12.17. A CONTRATADA deverá apresentar cópia do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente que rege a categoria profissional vinculada à execução dos serviços.**
- 12.18. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação.**
- 12.19. Pagar até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, independentemente do recebimento das faturas de prestação de serviços, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, e recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.**
- 12.20. Fornecer à CODEVASF, a partir do segundo mês de vigência do contrato, cópias das folhas de pagamento, contracheques e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais do mês anterior.**
- 12.21. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CODEVASF, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas de empregados da contratada, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis subcontratados ou quaisquer terceiros interessados.**
- 12.22. Na hipótese da CODEVASF vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente nas ações trabalhistas mencionadas no subitem 12.21, e o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CODEVASF, a título de condenação**



Ministério da Integração Nacional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

6ª Superintendência Regional

CT N° 6.0xx.00/2014

00827/2014-24

trabalhista solidária ou subsidiária, a CODEVASF utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a contratada, com a qual desde já a mesma expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.

12.23. A CONTRATADA será responsável, também, pelas despesas de viagem, alimentação e estadia que a CODEVASF tiver que realizar para sua defesa em eventuais processos trabalhistas ajuizados por empregados da CONTRATADA, na forma acima, assim como pelos honorários advocatícios, estes à razão de 20% (vinte por cento) do valor da condenação.

13. Cláusula Treze – DO ADITAMENTO CONTRATUAL

A celebração de termo aditivo contratual está condicionada a verificação da regularidade em relação aos encargos sociais, trabalhistas e com a Fazenda Pública, a ser comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões.

14. Cláusula Quatorze – DOS DANOS MATERIAIS OU PESSOAIS

A CONTRATADA será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos serviços contratados causados à CODEVASF ou a terceiros.

14.1. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CODEVASF, para reparação desses danos ou prejuízos.

14.2. Não serão indenizados os prejuízos que possam advir de erro ou qualquer equívoco de sua proposta ou administração.

15. Cláusula Quinze – DA RESCISÃO

O presente contrato será rescindido unilateralmente de pleno direito pela CODEVASF, com a conseqüente perda da caução e da idoneidade da CONTRATADA nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/1993 observadas as disposições dos artigos 77, 79 e 80 da citada Lei.

16. Cláusula Dezesesseis – DA PUBLICAÇÃO

A CODEVASF providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma do art. 61, § único da Lei nº 8.666/1993.

17. Cláusula Dezessete – DO FORO

Fica eleito o Foro Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, Subseção de Juazeiro-BA, para dirimir questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Juazeiro – BA, XX de setembro 2014.

Alaôr Grangeon de Siqueira
Superintendente Regional
CODEVASF – 6ª/SR

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
NOME:
CPF/MF nº:

2. _____
NOME:
CPF/MF nº:

